

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 8

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Inflação muda hábitos de consumo, adia planos de estudo e aumenta dívidas de brasileiros3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ICMS sobre importações: limites de federalismo - OPINIÃO JURÍDICA..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA

Não se enfrenta fascismo com neutralidade - LUCIA GUIMARÃES7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação no Brasil cai em relação à mundial, mas ainda está forte 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Decreto de Bolsonaro acelera liberação de emendas de relator11

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

O mundo está ficando menos globalizado 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Recessão global à vista - CELSO MING14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Cenário econômico é tema de debate de FGV e "Estadão" 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

BC eleva o tom para conter otimismo com juro em 2023..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado ajusta previsões, mas não aposta em alta da Selic 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Medo de recessão faz petróleo cair mais de 5%19

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Perspectiva de recessão na Europa é preocupação para todo o planeta (Editorial)..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - PRIMEIRA PÁGINA
ECONOMIA

Bolsonaro faz comício, ataca Lula e ignora Bicentenário21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Investimento previsto no orçamento de 2023 é o menor em 14 anos22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Para especialistas em pesquisas, não deve haver crescimento.....	23
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Expectativa de início de corte dos juros no 1º tri de 2023 esfria com BC.....	24
O GLOBO - RJ - MUNDO POLÍTICA	
Chile inicia debate sobre nova Carta após derrota de proposta.....	25
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL POLÍTICA	
Boric tenta se aproximar de partidos de centro-esquerda com reforma ministerial.....	26

Inflação muda hábitos de consumo, adia planos de estudo e aumenta dívidas de brasileiros

Por Manoel Ventura - Brasília

Os sinais do longo período de **inflação** alta, visíveis em uma ida ao supermercado, na contratação de serviços ou em outras atividades cotidianas, reduziram o poder de compra e transformaram a relação do brasileiro com o dinheiro. A escalada de preços vêm provocando mudanças de hábitos, o adiamento de planos e elevando o endividamento da população, revelam duas pesquisas Ipec, realizadas a pedido do GLOBO. Os impactos foram mais severos entre os mais pobres, segundo os levantamentos.

Quatro em cada dez diminuíram a quantidade de alimentos básicos comprados ou deixaram de adquirir determinados itens, enquanto 36% fizeram o mesmo com remédios. Na área da saúde ainda, cerca de metade diz não ter mais plano privado.

Giselle de Souza, ex-vendedora de pano de prato em Brasília, é um bom exemplo. "Já deixei de comprar carne e algumas verduras para conseguir trazer arroz, feijão e óleo", conta (leia relato na página ao lado).

Em outro efeito, 80% postergaram a compra de bens de maior valor - de carros a eletrodomésticos -, enquanto 60% afirmaram ter adiado planos de começar curso ou estudos. Pior: 32% dizem ter abandonado o curso que já estavam fazendo. Tanto o adiamento como o abandono são decisões que podem acarretar perdas salariais no futuro.

Quase metade contraiu dívida para pagar despesas, o que aparece há meses em distintos levantamentos sobre a saúde financeira das famílias. Em julho, 78% delas estavam endividadas, e 29% com contas atrasadas, de acordo com dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Com a alta, os indicadores atingiram o maior patamar desde 2010, quando começaram a ser medidos.

Salto em quatro anos

Na maioria dos casos, os especialmente afetados fazem parte do grupo mais pobre e menos escolarizado. Entre aqueles com renda familiar mensal

de até um salário mínimo, 69% afirmaram ter protelado o início dos estudos - na média da população, o índice é nove pontos percentuais menor. Neste mesmo grupo, 60% contraíram dívidas para coibir despesas correntes (48% no geral) e 44% venderam bens para saldar pagamentos em atraso (30% no geral).

Na campanha eleitoral de 2018, **inflação** era um tema lateral. Uma pesquisa do Ipec naquele ano mostrou que apenas 6% dos brasileiros (o equivalente na época a 10 milhões de pessoas) a consideravam um dos maiores problemas. Em quatro anos, foi a área que deu o maior salto, chegando a 18% (ou 30,6 milhões de pessoas). Hoje fica atrás somente de desemprego, corrupção, saúde e educação na lista de preocupações dos brasileiros.

O país fechou 2017 com uma **inflação** de 2,95%, de acordo com dados do IBGE. No ano passado, portanto antes da guerra na Ucrânia, os preços saíram do controle. O brasileiro começou a sentir uma carestia de dois dígitos a partir de setembro de 2021 e não parou mais. Este ano, os preços ganharam novo ímpeto após a invasão russa, que afetou o mercado de petróleo e de alguns alimentos.

Mesmo com as recentes medidas para forçar a queda artificial do valor dos combustíveis, o Brasil é o quarto com a maior taxa de **inflação** dos últimos 12 meses no ranking das 20 maiores economias do mundo. Apesar da desaceleração recente, o IPCA acumulado em 12 meses está em 10,07%.

Em grande parte do mundo, o impacto econômico da pandemia seguiu um roteiro semelhante. Houve elevação nos valores das commodities e desarranjo nas cadeias produtivas e na logística global. Em vários lugares, empresas previram que a demanda cairia e reduziram a produção. Outras tiveram que fechar as portas devido à pandemia.

Efeitos globais

O aumento repentino da procura por determinados produtos, como computadores, causaram elevação de preços e escassez de chips, com reflexos em diferentes setores - a venda de carros novos na

pandemia é um exemplo. Concomitantemente, governos tomaram medidas para estimular a demanda. O resultado disso tudo foi a explosão da **inflação**.

Este ano, a guerra na Europa complicou ainda mais a situação, com seus efeitos nos preços dos produtos exportados pelos países envolvidos, principalmente petróleo e alimentos.

No Brasil, a dinâmica teve agravantes locais. O trabalho do Banco Central de trazer o IPCA para perto do teto da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional foi dificultado pelo dólar, que se manteve alto devido, entre outras coisas, à instabilidade política quase constante e às incertezas quanto à política fiscal. A cotação da moeda subiu da casa de R\$ 4,70 em março de 2020 para patamares próximos a R\$ 5,80 ao longo de 2021, encarecendo importações e alimentando a **inflação**.

- A elevação da **inflação** é um fenômeno global provocado por consequências da pandemia na economia. No Brasil, essa conjunção de fatores foi potencializada por uma percepção de risco maior. Essa situação afetou o câmbio. Por isso o Brasil teve um efeito inflacionário mais pronunciado e persistente - diz a diretora da área de Macroeconomia e Análise Setorial da Tendências Consultoria Integrada, Alessandra Ribeiro.

Com o objetivo de apresentar soluções para o desafio da **inflação**, O GLOBO convidou a Tendências Consultoria Integrada e a Schwartsman & Associados, ambas com sede em São Paulo, para listar as medidas que devem ser adotadas pelo presidente que for eleito no mês que vem.

- As duas prioridades principais são manter a política monetária alinhada com a trajetória de metas e garantir que a política fiscal não atrapalhe - resume o economista Alexandre Schwartsman, ex-diretor do Banco Central.

As prioridades no combate à **inflação**

O GLOBO convidou as consultorias Tendências e Schwartsman & Associados para elaborar uma lista de medidas que devem ser adotadas pelo governo com a intenção de fortalecer o combate à alta de preços.

Reconstruir uma âncora fiscal crível e executável

O que fazer: o país precisa de uma nova regra capaz de ancorar as expectativas quanto à trajetória de gasto e da dívida, alinhada a uma agenda de reformas guiada pela eficiência do gasto. Neste sentido, uma reforma administrativa ambiciosa seria crucial. Uma

melhor percepção fiscal ajuda na ancoragem das expectativas de **inflação**. Além disso, há um efeito positivo importante via apreciação cambial.

Manter o Banco Central independente

O que fazer: a autoridade monetária precisa continuar livre de intervenções políticas ou circunstanciais para atuar conforme o mandato estabelecido. Tal aspecto é fundamental para manter as expectativas de **inflação** ancoradas às metas, facilitando a tarefa de perseguir uma **inflação** mais baixa e próxima dos objetivos.

Melhorar a coordenação da política macroeconômica

O que fazer: as políticas fiscal e monetária devem estar constantemente alinhadas, evitando, por exemplo, estímulos de demanda através de mais gastos que dificultem o trabalho do Banco Central de convergir a **inflação** às metas.

Atingir as metas ambiciosas de **inflação** para 2024 e 2025

O que fazer: o Conselho Monetário Nacional definiu metas de **inflação** em 3% para 2024 e 2025, o que será um importante teste à credibilidade do regime. Visando a preservação de um ambiente de **inflação** baixa no médio prazo, é fundamental que o Banco Central (preferencialmente com a ajuda de uma política fiscal austera) execute a política monetária necessária para a manutenção da **inflação** ao redor das metas estabelecidas.

Avançar com a **reforma tributária** e as agendas de privatizações e concessões e reformas microeconômicas

O que fazer: essas medidas são importantes para viabilizar, via ganhos de produtividade, a elevação do **PIB** potencial, melhorando a capacidade de oferta do país. Uma economia mais eficiente e dinâmica tem a capacidade de responder aos movimentos da demanda gerando menores pressões em preços.

Respeitar as regras e contratos

O que fazer: mudanças voluntaristas em regras e arcabouços institucionais ou acordos estabelecidos com o setor privado elevam a percepção de risco, afetando negativamente os ativos como a taxa de câmbio, com consequentes impactos para a **inflação**. Assim, a manutenção de um ambiente de respeito às regras e contratos facilita o trabalho do Banco Central de manter a **inflação** alinhada à meta.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/tem-solucao/noticia/2022/09/inflacao-muda-habitos-de>

consumo-adia-planos-de-estudo-e-aumenta-dividas-de-brasileiros.ghtml

ICMS sobre importações: limites de federalismo - OPINIÃO JURÍDICA

Renata Sucupira e Leonardo Branco são, respectivamente, advogada especializada em Direito Aduaneiro, vice-presidente da Comissão de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro da OAB-SP e presidente do Comitê de Comércio Internacional e Investimentos da Câmara Britânica; e conselheiro e vice-presidente de turma no Carf, doutorando, mestre e especialista pela Faculdade de Direito da USP e pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187324

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
ICMS sobre importações: limites de federalismo

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187324

Não se enfrenta fascismo com neutralidade - LUCIA GUIMARÃES

LUCIA GUIMARÃES

Pela primeira vez, mais de dois terços dos americanos acreditam que sua democracia está à beira do colapso. A pesquisa da Universidade Quinnipiac, feita no final de agosto, registrou que o medo do fim da democracia constitucional mais antiga do mundo é hoje apontado por 69% da população.

Desta vez, o temor da autocracia foi distribuído entre a população geral e em todas as faixas de idade, não ficou só entre democratas e independentes.

A rede NBC, no mesmo período, divulgou um levantamento revelando que, mesmo depois de a **inflação** bater a maior alta em 40 anos, o custo de vida ficou em segundo lugar (16%) como a maior preocupação dos americanos. "Ameaças à democracia" lideraram, com 21%.

Até críticos do exercício de poder americano, que temem as consequências globais se o país eleger um novo Trump ou o original, olhariam para o democrata na Casa Branca em busca de liderança nessa crise da república, a mais grave desde o final na Guerra Civil, no século 19.

Mas esperar maturidade da elite política ou da mídia que cobre política aqui é cortejar desilusão. No último dia 1º Joe Biden fez o discurso mais contundente de seus 18 meses de mandato, num diagnóstico da ameaça autoritária reconhecida pelos 69% dos americanos.

Depois de se conter por longos meses, preocupado em passar vários amplos pacotes de legislação, Biden apontou o óbvio. Disse que parte do eleitorado de Trump é semifascista; que eles só aceitam dois resultados numa eleição -vencemos ou fomos roubados-; e que há um movimento liderado por republicanos, nos estados, para subverter as eleições de meio de mandato, em novembro.

Biden, que há cinco décadas negocia com a oposição, no Senado ou na Casa Branca, teve que entrar na briga que devia ter sido travada no Congresso há anos. Lembrou os eleitores que Trump e seu culto intimidam o Partido Republicano com um projeto claro de pôr um ponto final à experiência democrática.

Nada disso é contestado pela maioria dos americanos, incluindo conservadores horrorizados com a invasão do Capitólio e exaustos da mentira de que Biden não venceu em 2020.

Uma intenção secundária do presidente pode ter sido jogar a isca para o patológico narcisista alaranjado. E ele, claro, a mordeu no sábado num comício em que usou todos os clichês apocalípticos habituais, voltando o foco da próxima eleição para ele, longe da mensagem econômica e social. Trump xingou Biden de inimigo do Estado -leia-se, inimigo da impunidade e da conta bancária do republicano.

Mas sinto informar que outro segmento do establishment atropelou o ex-presidente e chegou primeiro ao ridículo. Nos dias seguintes, acovardados repórteres da falsa equivalência continuaram a estenografar trumpistas, questionando a legitimidade da defesa que Biden fez da democracia. O tal sistema do qual dependem para exercer livremente a profissão.

Um respeitado repórter político da CNN foi demitido da empresa abruptamente horas depois do discurso de Biden. O comedido John Harwood, 65, disse no ar, após o discurso: "É difícil para nós, treinados para não defender lados entre dois partidos com diferenças honestas de opinião, admitir que não se trata de um debate honesto. Há um demagogo desonesto controlando o Partido Republicano".

Foi fulminado pelo expurgo já em curso exigido pelos novos proprietários da CNN, defensores da tese de que se cobre fascismo com neutralidade.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

28

Inflação no Brasil cai em relação à mundial, mas ainda está forte



Posto de gasolina na zona norte paulistana. Adriana Toffetti - 1º.set.22/Ato Press/Agência O Globo

Eduardo Cucolo

A queda nos preços dos combustíveis ajudou a **inflação** ao consumidor no Brasil a se aproximar da média das maiores economias desenvolvidas e emergentes, algo que não ocorria há dois anos, segundo levantamento do banco UBS BB.

O país ainda sofre, no entanto, uma forte pressão dos preços de bens industriais, e a **inflação** de serviços também ressurgiu como fator de preocupação, após dois anos rodando abaixo da média de 13 economias analisadas pela instituição financeira. Entre elas, EUA, Zona do Euro, México, Índia, Rússia e Chile.

Desde julho de 2020, a **inflação** acumulada em 12 meses no Brasil se mantém acima da média dessas economias. Somente em abril deste ano essa diferença começou a cair de forma consistente. Depois de chegar ao pico de 5,62 pontos percentuais em setembro do ano passado, estava em 0,92 ponto em julho deste ano.

A expectativa do UBS BB é que o IPCA (índice de preços ao consumidor) retorne a essa média até o final de 2022. Com isso, depois de terminar 2021 com a maior **inflação** nesse grupo, o Brasil deve ficar à frente apenas do Canadá e próximo de EUA e África do Sul neste ano.

No ano passado, boa parte dessa diferença foi explicada pelos preços de energia elétrica e combustíveis, que atualmente estão abaixo dessa média, após o fim da bandeira de escassez hídrica, com a cobrança adicional na conta de luz de consumidores e empresas, e medidas adotadas pelo governo para reduzir o preço de combustíveis e os **tributos** sobre esses itens durante o período eleitoral.

Os alimentos estão entre os vilões da **inflação** brasileira desde 2020, mas hoje estão em linha com a média dos países analisados. A expectativa do mercado é uma desinflação desses itens, na esteira da desvalorização recente dos preços de commodities como soja, trigo e milho. Internamente, no entanto, o item ainda pesa no orçamento do brasileiro, principalmente dos mais pobres.

Um terceiro componente dessa **inflação** mais elevada foram os bens, que atualmente são os principais responsáveis por um IPCA ainda mais elevado por aqui, embora essa diferença tenha parado de crescer. A **inflação** de serviços, que ficou abaixo da média por cerca de dois anos, agora começa a chegar de forma mais forte no Brasil.

"Os vilões [da **inflação**] foram alimentos e energia. Agora, vão ser os grandes heróis para deixar a gente melhor do que o resto", afirma Alexandre de Ázara, economista-chefe do UBS BB.

Em apresentação recente, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, mostrou que o Brasil tem a menor **inflação** de energia entre dez economias que também estão na amostra do UBS BB. Ainda tem preços mais elevados de alimentos do que México, África do Sul e Índia. E está entre os maiores índices de **inflação** entre emergentes quando se considera apenas bens e serviços. Por isso, ele avalia que ainda não é hora de cortar os juros.

Em 2021, os bens industriais foram os itens que mais contribuíram para a **inflação** no Brasil, como apontado pelo BC na carta em que justificou o estouro da meta daquele ano, destacando a alta dos preços de veículos novos e usados e dos eletroeletrônicos.

Nos dois primeiros anos da pandemia, houve aumento na procura por bens industriais, queda na oferta e problemas de suprimento de insumos e aumento no custo de produção. No Brasil, a situação foi agravada por fatores como depreciação do câmbio, energia elétrica mais cara e distância dos mercados produtores.

André Braz, coordenador-adjunto do Índice de Preços ao Consumidor da FGV, afirma que o país sofreu mais com os gargalos da cadeia produtiva mundial. Ele

também cita como exemplo a falta de chips para fabricação de veículos, que elevou os preços de automóveis novos e usados.

"Em outros países, esses gargalos foram resolvidos mais rapidamente. Para a gente durou mais", afirma Braz.

O economista-chefe do UBS BB avalia que a normalização dessa situação deve contribuir para uma queda mais forte da **inflação** no Brasil em relação a outras economias. "Todo mundo queria comprar bens, tivemos problemas de cadeia produtiva, os preços subiram. EUA e Brasil foram os que mais sofreram. Agora começou a normalizar nos EUA e vai normalizar no Brasil", afirma Ázara.

Dados coletados pela OCDE mostram que o Brasil tinha a terceira maior **inflação** ao consumidor entre 44 países em julho de 2021. Com o dado esperado para agosto, em torno de 8,5% em 12 meses, deve ficar próximo da 25ª posição, ao lado dos EUA, e terminar o ano nesse patamar

Site:

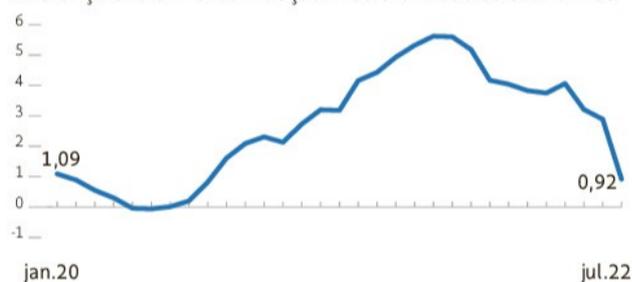
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

28

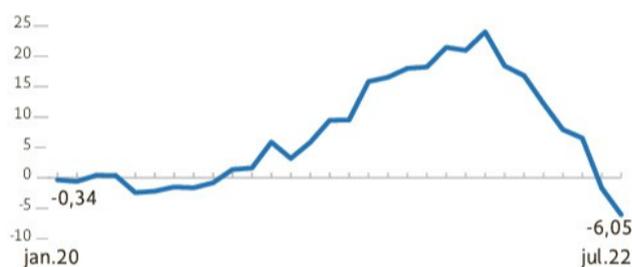
Inflação no Brasil recua para a média de 13 economias

Diferença entre a inflação no Brasil e a média em outras economias*, em pontos percentuais

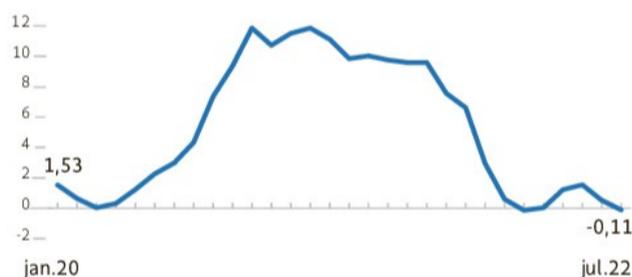
Diferença entre IPCA e inflação média em outras economias



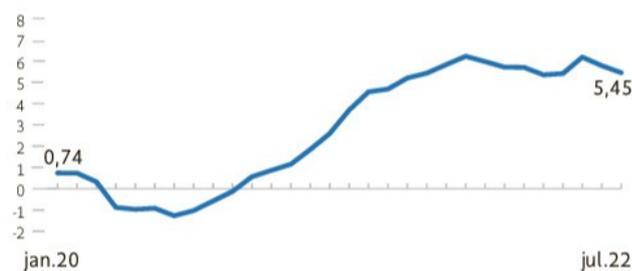
Inflação de eletricidade e combustíveis está abaixo da média



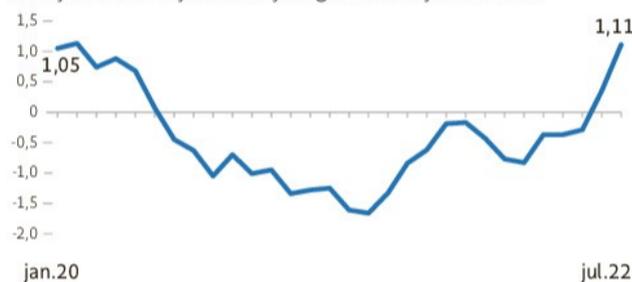
Inflação de alimentos no Brasil está próxima da média



Inflação de bens no Brasil ainda está acima da média



Inflação de serviços começa a ganhar força no Brasil



Fonte: UBS BB. *Canadá, Colômbia, Zona do Euro, Hungria, México, Rússia, África do Sul, Chile, República Tcheca, Reino Unido, Índia, Polônia e EUA

Decreto de Bolsonaro acelera liberação de emendas de relator

Idiana Tomazelli

O presidente Jair Bolsonaro (PL) editou nesta terça-feira (6) um decreto que vai permitir acelerar a liberação de emendas de relator, usadas como moeda de troca nas negociações com o Congresso Nacional, a menos de um mês das eleições.

Segundo técnicos do governo ouvidos pela Folha, a manobra vai permitir um desbloqueio imediato de R\$ 5,6 bilhões no Orçamento de 2022. O decreto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União.

Boa parte da verba vai irrigar as emendas de congressistas aliados às vésperas do pleito. Outra parcela deve ser usada para aliviar a compressão sobre despesas discricionárias do Poder Executivo, que incluem custeio e investimentos.

A divisão exata dos valores está sendo mantida sob sigilo pelos técnicos, dada a sensibilidade do tema. Em julho, quando quase metade dos R\$ 16,5 bilhões em emendas de relator foi bloqueada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que controla parte das verbas, reclamou com o Palácio do Planalto.

O decreto permite ao governo incorporar à execução orçamentária, de forma antecipada, os efeitos de regras legais implementadas após a edição mais recente do relatório bimestral de receitas e despesas.

Na prática, o Executivo poderá remanejar desde já o espaço fiscal criado após a manobra de Bolsonaro para cortar verba da ciência e cultura para desbloquear o Orçamento, movimento revelado pela Folha.

Em 29 de agosto, o presidente editou duas MPs (medidas provisórias), uma delas para limitar a R\$ 5,6 bilhões os gastos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) em 2022.

Outra MP adiou os repasses das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, de auxílio à cultura em estados e municípios, e do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), aprovados pelo Congresso como resposta à crise causada pela pandemia de Covid-19 nesses setores.

Sem o decreto, as regras orçamentárias obrigavam o

governo a elaborar um novo relatório de avaliação do Orçamento. A próxima edição está programada apenas para 22 de setembro - o que deixaria pouco tempo para a liberação das emendas antes das eleições em 2 de outubro.

O Ministério da Economia pode elaborar relatórios extemporâneos sempre que julgar necessário, mas essa tarefa exige um esforço de toda a Esplanada dos Ministérios no envio de informações atualizadas, incluindo projeções de **inflação**, crescimento, previsão de despesas com benefícios previdenciários e assistenciais, entre outros.

No decreto desta terça, publicado às vésperas do feriado de 7 de Setembro, Bolsonaro dispensa a elaboração do relatório sempre que atos legais não considerados no documento anterior demandarem a "adoção de providências", desde que a decisão tenha passado pela JEO (Junta de Execução Orçamentária), colegiado formado pelos ministros Paulo Guedes (Economia) e Ciro Nogueira (Casa Civil).

Segundo relatos, o decreto foi editado para "dar o conforto necessário" aos técnicos na liberação desses recursos sem a necessidade de um novo relatório.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50028>

O mundo está ficando menos globalizado

Lembram-se das guerras comerciais de Trump?

Na verdade, muitas das tarifas impostas pelo ex-presidente Donald Trump ainda estão em vigor apenas, eu suspeito, porque Joe Biden não quer dar aos republicanos uma desculpa para que o acusem de ser brando com a China. Mas, de qualquer forma, as questões comerciais estão sendo ofuscadas por tudo, desde a alta da inflação até a guerra na Ucrânia.

Na surdina, no entanto, parte do que Trump queria, mas não conseguiu - um retorno da fabricação aos Estados Unidos - pode realmente estar acontecendo sob seu sucessor. Uma recente análise da Bloomberg encontra uma enorme onda de palavras-chave do economês como onshoring, reshoring e nearshoring, todos indicadores de planos para produzir nos Estados Unidos (ou possivelmente em países próximos) e não na Ásia.

Também houve uma enxurrada de notícias, apoiadas por alguns dados inconsistentes, sugerindo que as empresas de vários lugares do mundo realmente estão construindo ou têm planos para levantar novas fábricas nos Estados Unidos e em outros países de alta renda.

DECLÍNIO. Portanto, podemos estar vendo os primeiros indícios de um recuo parcial da globalização.

Isso não é necessariamente uma coisa boa, o que é assunto para outro dia. Por enquanto, vamos falar sobre por que isso pode estar acontecendo.

A primeira coisa a saber é que, se virmos algum declínio no comércio mundial nos próximos anos, não será a primeira vez que isso acontecerá.

É comum supor que o mundo está cada vez menor, mais "plano", que a crescente interdependência internacional é uma tendência contra a qual não se pode lutar. Mas a história diz o contrário.

Na verdade, a economia mundial foi surpreendentemente integrada às vésperas da 1ª Guerra. Em "As Consequências Econômicas da Paz", John Maynard Keynes escreveu sobre o "episódio extraordinário" que ele afirmou ter terminado em agosto de 1914 - uma era em que "o habitante de Londres poderia encomendar por telefone, tomando seu chá matinal na cama, os vários produtos feitos em quase toda a terra, na quantidade que lhe aprouvesse, e razoavelmente esperar a entrega antecipada à sua

porta".

E essa primeira era da globalização, de fato, retrocedeu após a Grande Guerra. As estimativas do comércio mundial total - exportações mais importações - como porcentagem do produto interno bruto para anos selecionados desde 1913 mostram isso. Houve um grande declínio no comércio entre o início da 1ª Guerra e as consequências da 2ª Guerra. A recuperação levou muito tempo: até 1980, o comércio dificilmente era maior, em relação à economia mundial, do que havia sido no final da era eduardiana.

AVANÇO. O que se seguiu, no entanto, foi de fato um salto sem precedentes no comércio, às vezes chamado de "hiperglobalização".

Esta foi a era descrita no famoso livro do meu colega Tom Friedman, *The World Is Flat* (O mundo é plano), publicado pela primeira vez em 2005; muitas pessoas esperavam que o comércio crescente continuasse indefinidamente.

Na verdade, porém, a hiperglobalização parou por volta de 2008; o comércio internacional como parte da economia mundial tem estado mais ou menos estável por 14 anos.

E há três razões para acreditar que a globalização realmente recuará nos próximos anos, embora provavelmente não na medida em que ocorreu nos anos entre guerras.

A primeira razão, a mais benigna, é a ascensão dos robôs - com isso me refiro à tecnologia que economiza mão de obra em geral. As pessoas geralmente assumem que melhorias na tecnologia de transporte significam necessariamente mais comércio. Mas isso só é verdade se o progresso no transporte for mais rápido que o progresso na tecnologia de produção. Eu escrevi um pequeno modelo sobre isso alguns anos atrás, mas aqui está um *reductio ad absurdum*: imagine que todos nós tivéssemos acesso aos replicadores em *Jornada nas Estrelas* - máquinas que sintetizariam qualquer coisa que você quisesse na hora.

Se tudo o que você tivesse que fazer fosse dizer "Chá, Earl Grey, quente" e uma xícara fumegante se materializasse, você não precisaria importar as coisas do Sri Lanka.

NEM TÃO BOM. De fato, as empresas que falam em

reordenar a produção muitas vezes afirmam que técnicas modernas, em alguns casos, permitem que produzam com relativamente poucos trabalhadores, caso em que as economias de custos da terceirização para países de baixos salários são mínimas - e são superadas pelas vantagens logísticas de produzir perto de casa.

Uma segunda razão, menos benigna, para o declínio da globalização é a crescente percepção de que o mundo é um lugar perigoso. É especialmente perigoso permitir-se depender economicamente de países com regimes autoritários, que podem subitamente interromper as relações como parte de um jogo de poder ou simplesmente porque os ditadores tendem a se comportar de forma errática. A Europa está percebendo agora que tornar-se dependente do gás natural russo foi um erro terrível. A China não se envolveu em chantagem econômica - ainda não, pelo menos - mas tanto o exemplo russo quanto a arbitrariedade dos lockdowns por causa da covid de Xi Jinping deixaram as empresas temerosas sobre depender de fornecedores chineses.

Aliás, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - o documento fundamental para o moderno sistema de comércio mundial - dá explicitamente a cada nação o direito de tomar "qualquer ação que considere necessária para a proteção de seus interesses essenciais de segurança". Esse direito às vezes foi abusado - Trump, de forma absurda, invocou a segurança nacional para impor tarifas ao alumínio canadense - mas, dados os eventos recentes, é difícil negar o sucesso de políticas como o Science Act que subsidiam a produção de semicondutores nos EUA.

É A POLÍTICA, ESTÚPIDO. Finalmente, vamos admitir: agora que os EUA estão finalmente fazendo algo sobre as mudanças climáticas, algumas das políticas que estão introduzindo serão, na prática, pelo menos levemente protecionistas. O novo crédito fiscal para compras de veículos elétricos se aplicará apenas a veículos montados na América do Norte.

Por que fazer isso? Política - por uma boa causa, eu diria, mas política mesmo assim.

Conseguir uma ação climática foi um grande impulso político; alguns de nós ainda estão se beliscando para saber se realmente aconteceu. Mas, para vendê-lo, os democratas precisavam ser capazes de mostrá-lo como um programa que criaria empregos, o que significava incluir cláusulas de compra de produtos americanos.

Essas cláusulas violam os acordos comerciais existentes?

Possivelmente. Mas vamos encarar os fatos: honrar a carta de acordos comerciais é menos importante do que salvar o planeta. Se é isso que é necessário para combater as emissões de carbono, que assim seja. Mas voltando ao meu tema original: por essas e outras, parece provável que estejamos prestes a ver algum recuo da globalização. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Recessão global à vista - CELSO MING



CELSO MING

As economias avançadas dão sinais de que estão para enfrentar período de forte recessão. E esta é uma fatura que será cobrada também do Brasil.

Nesta quinta-feira, o Banco Central Europeu deverá puxar os juros para cima, provavelmente a níveis inéditos de 0,75 ponto porcentual ao ano. É decisão que procura não só derrubar a **inflação** da área do euro, que envereda para acima de 9% em 12 meses, mas, também, reduzir a demanda por energia via queda da atividade econômica, para tentar evitar um apagão geral.

Além desses trancos, a Europa enfrenta, também, uma onda sem precedentes de calor, que produziu incêndios e securas em rios e lagos. Nem bem esse impacto está sendo absorvido e já surge a expectativa dos rigores do inverno no Hemisfério Norte, que terá de ser enfrentado com cortes no aquecimento das casas e das empresas.

Nos Estados Unidos, as autoridades do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), a começar pelo seu presidente, Jerome Powell, vêm orquestradamente advertindo para nova esticada nos juros, também de 0,75 ponto porcentual.

E tem a China, outra potência que já não vai tão bem

das pernas. Ainda enfrenta extensos lockdowns para defender a população contra o alastramento da pandemia. Sua rede bancária está vulnerável a uma forte crise imobiliária, que paralisou inúmeras obras de construção civil, criou desemprego e deixou milhões de compradores inadimplentes.

Outro forte indicador de recessão é o que vem acontecendo com os preços do petróleo.

Em plena crise energética, e a despeito da redução da oferta determinada nesta semana pelo cartel da Opep, a demanda por petróleo vai caindo. No início de junho, os preços do barril do tipo Brent (do Mar do Norte) atingiram os US\$ 117. Nesta quarta-feira, fecharam em US\$ 88, o que aponta uma queda de 22,8% em apenas três meses. Este é indicador de que os fornecedores esperam forte queda das vendas em consequência da recessão, fator que está pesando mais do que os cortes de suprimento de gás natural pela Rússia.

Se uma recessão mais forte se confirmar, será inevitável o impacto sobre o mercado de mão de obra dos países industrializados.

Não dá para pré-avaliar até que ponto a queda do emprego e da renda trará consequências políticas.

Outro efeito global será certa queda da busca por outras matérias-primas, como minérios, metais e grãos. É por aí que a economia brasileira pode vir a ser obrigada a pagar parte da conta da crise mundial. A única compensação para isso será uma queda maior da **inflação**, a partir da redução dos preços dos combustíveis e dos alimentos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CENÁRIO COMPROMETIDO

PROJEÇÕES ECONÔMICAS PARA 2022,
EM PORCENTAGEM

	AVANÇO DO PIB	INFLAÇÃO
ALEMANHA	1,2	7,2
ÁREA DO EURO	2,6	7,0
BRASIL	1,7	6,6*
CHINA	3,3	2,0
ESTADOS UNIDOS	2,3	5,9
FRANÇA	2,3	5,2
ÍNDIA	7,4	6,7
ITÁLIA	3,0	6,3
JAPÃO	1,7	1,9
RÚSSIA	-6,0	16,2

*PROJEÇÃO DO ÚLTIMO BOLETIM FOCUS

FONTES: FMI E OCDE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Cenário econômico é tema de debate de FGV e "Estadão"

VINICIUS NEDER

Após os dados mostrando crescimento de 1,2% do **PIB** no segundo trimestre, melhor do que o inicialmente estimado por analistas do mercado financeiro, houve uma onda de revisões para cima nas projeções do resultado fechado no ano. Ainda assim, é esperada uma desaceleração do ritmo de crescimento a partir deste semestre, por conta do efeito da alta de juros.

Esse cenário e as perspectivas para 2023 serão os principais temas de debate que vai reunir hoje pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre). Em formato online, o evento será realizado em parceria com o Estadão.

Para Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro Ibre e uma das participantes do seminário, o crescimento do primeiro e do segundo trimestres veio "turbinado", mas "foi um crescimento muito inflacionário", que, portanto, "tem vida curta".

Ela se refere a medidas adotadas pelo governo para estimular a renda dos consumidores.

Além de Silvia, o debate online terá a presença de Armando Castelar e José Júlio Senna, também pesquisadores da FGV. A moderação será de Adriana Fernandes, repórter especial do Estadão.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BC eleva o tom para conter otimismo com juro em 2023

THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA CÍCERO COTRIM SÃO PAULO

ano e o primeiro corte em junho próximo, para 13,50%, terminando 2023 em 11,25%.

O tom mais duro da diretoria do Banco Central (BC) no início de setembro visa, mais do que sinalizar um aumento de juros residual este mês, contornar um "otimismo exagerado" do mercado, o que ajudou a apagar da curva de juros as apostas em cortes antecipados da Selic em 2023. Essa é a avaliação de economistas consultados pelo Estadão/Broadcast.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Apesar da ênfase dos dirigentes à chance de um "aumento residual" da taxa básica em setembro, os analistas ouvidos não mudaram a avaliação sobre o fim do ciclo atual.

Na noite de segunda-feira, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, retomou as discussões sobre uma possível alta residual da taxa básica de juros, a Selic, no Comitê de Política Monetária (Copom) de setembro, ao dizer que a mensagem do encontro mais recente segue válida, e completou que o comitê não pensa em queda de juros neste momento. A taxa está em 13,75% ao ano, e o Copom sinalizou, em agosto, que vai avaliar um possível ajuste de 0,25 ponto percentual este mês.

PARA EVITAR SURPRESAS.

Na manhã de terça-feira, o diretor de Política Monetária, Bruno Serra, destacou que o BC já foi muito surpreendido no atual ciclo de aperto monetário e que é preciso cautela no encerramento, apesar de grande parte da alta de juros ainda não ter tido efeito. Além disso, destacou que é inconsistente a discussão do mercado de queda de juros rápida com alta das projeções de **inflação** de 2024.

O BC mira como horizonte relevante o primeiro trimestre de 2024. Serra afirmou que o avanço das expectativas do referido ano tem incomodado o BC. As medianas das estimativas do mercado no mais recente relatório Focus mostram o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - a **inflação** oficial - de 5,27% em 2023 e de 3,43% em 2024, ambas acima do centro da meta, de 3,25% e 3,0%, respectivamente, enquanto o BC projeta 4,6% e 2,7%.

No Boletim Focus divulgado na segunda-feira, a mediana aponta para a Selic em 13,75% no fim deste

Mercado ajusta previsões, mas não aposta em alta da Selic

Após a fala do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, na noite de segunda- feira, e a do diretor de Política Monetária, Bruno Serra, na manhã de terça, o mercado de juros parece ter corrigido o "otimismo" com o alívio monetário.

Por volta das 14h30min de terça-feira, a curva indicava redução de 290 pontos-base da Selic em 2023, a pouco mais de 11%, ante 330 pontos na véspera, nas contas do economistachefe da Greenbay Investimentos, Flávio Serrano.

Para setembro, a precificação é de 40% de chance de um aumento de 0,25 ponto. "Acho que eles quiseram tirar ou diminuir essas precificações de corte tão cedo, até porque a **inflação** projetada ainda está acima da meta", afirmou o economista- chefe da Garde Asset, Daniel Weeks, que mantém a previsão de a Selic fechar o ciclo em 13,75%.

Para Luís Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, as falas de Campos Neto e de Serra serviram como um esforço de diminuir as apostas em um início rápido do ciclo de cortes, especialmente quando as expectativas de **inflação** continuam acima do centro da meta.

"Está dando um recado para o mercado, dizendo que está muito otimista com relação à queda dos juros no ano que vem", disse. "Para o BC, não interessa ter o mercado muito otimista com o início do ciclo de corte de juros quando você está em um processo de elevação das taxas." Após as falas dos dirigentes do BC, Leal manteve a projeção de Selic de 13,75% no fim do ciclo de altas.

Para Marco Caruso, economista- chefe do Banco Original, a maior preocupação do BC é chegar a "uma eventual pausa em setembro desautorizando o mercado a entrar em um 'obaoba' de projeção de corte prematuro de juros". "Há um desafio enorme de desinflação para o centro da meta de 3%."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Medo de recessão faz petróleo cair mais de 5%

CLARICE COUTO

Os contratos futuros de petróleo fecharam ontem em forte queda, registrando os menores níveis desde o início do ano, apesar da perspectiva de oferta mais apertada. As cotações foram influenciadas por dados que reforçaram temores de desaceleração da economia global.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o barril do WTI para outubro caiu 5,69%, ou US\$ 4,94, para US\$ 81,94, valor mais baixo desde 11 de janeiro. Já na Intercontinental Exchange (ICE), o Brent (que serve de referência para o mercado brasileiro) para novembro fechou com queda de 5,20%, o equivalente a US\$ 4,83, para US\$ 88,00 - abaixo da marca de US\$ 90 pela primeira vez desde fevereiro.

Novos dados saíram ontem indicando uma desaceleração da economia mundial, com potencial efeito sobre a demanda por petróleo. A Administração Geral de Alfândegas da China, por exemplo, informou que as exportações do país cresceram 7,1% em agosto, na comparação anual, bem abaixo da alta de 18% de julho e também do avanço de 12,5% esperado por economistas ouvidos pelo Wall Street Journal.

Na Alemanha, a produção industrial caiu 0,3% em julho ante o mês anterior, após ajustes sazonais, segundo dados publicados pelo escritório nacional de estatísticas do país, Destatis.

Analistas ouvidos pelo Wall Street Journal previam recuo ainda maior, de 0,5%.

Na comparação anual, a produção da indústria alemã teve retração de 1,1% em julho.

"A pressão de queda (dos preços do petróleo) é explicada pelo crescente temor de recessão", avalia a corretora Swissquote.

A perspectiva de novas altas de juros nos Estados Unidos foi outro fator que pesou sobre os contratos do óleo. Ontem, a vice-presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Lael Brainard, afirmou que os juros "terão de subir mais", sem especificar quanto, durante conferência em Nova York. Ela ressaltou que o quadro econômico é "altamente incerto" e que suas decisões dependerão dos

indicadores do país.

Lael reforçou o compromisso do Fed em levar a **inflação** de volta à meta de 2%.

Cotação

US\$ 88 foi o valor do barril tipo Brent na Intercontinental Exchange, abaixo dos US\$ 90 pela primeira vez desde fevereiro

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Perspectiva de recessão na Europa é preocupação para todo o planeta (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bolsonaro faz comício, ataca Lula e ignora Bicentenário

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187324?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187324?page=1§ion=1

Investimento previsto no orçamento de 2023 é o menor em 14 anos

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187324?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187324?page=1§ion=1

Para especialistas em pesquisas, não deve haver crescimento

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187324?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187324?page=1§ion=1

Expectativa de início de corte dos juros no 1º tri de 2023 esfria com BC

Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187324

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187324

Chile inicia debate sobre nova Carta após derrota de proposta

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Boric tenta se aproximar de partidos de centro-esquerda com reforma ministerial

Dois dias após a derrota esmagadora da proposta de nova Constituição para o Chile, o presidente Gabriel Boric fez uma **reforma ministerial** na qual nomeou figuras de centro-esquerda para postos-chave, como o Ministério do Interior e a chefia de gabinete. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>